



35 mil empresas vão ver irregularidades cor

Autoridade para as Condições de Trabalho detectou mais de 15 milhões em salários em atraso.

Cristina Oliveira da Silva
cristina.silva@economico.pt

A Autoridade para as Condições de Trabalho vai inspecionar 43 mil empresas este ano, um número 30% superior ao inicialmente previsto. Na mira da ACT estão empresas do sector da construção civil e que prestam trabalho irregular. O inspector geral do Trabalho explicou ao Diário Económico que a ACT conta aplicar coimas ou obrigar a correcções em 35 mil empresas.

Paulo Morgado Carvalho explica que o acréscimo de actividade está relacionado com o aumento da capacidade de inspecção e não com o actual momento de crise económica. A ACT resolveu alargar a sua meta inicial (de 33 mil empresas), avançou Paulo Morgado de Carvalho. Isto porque estão prestes a entrar em funções mais 150 inspectores do trabalho. Estes novos inspectores irão juntar-se

aos actuais 253 e aos restantes 180 postos técnicos, cujos concursos já foram lançados.

Se para este ano, o inspector não justifica o reforço de pessoal com a crise económica, para o passado recente, Paulo Morgado de Carvalho não quis ligar directamente os resultados da actividade inspectiva à crise, explicando que o maior número de casos detectados se devem ao reforço da fiscalização. Aliás, o incumprimento "não aumentou significativamente em comparação com o quarto trimestre de 2008", altura em que houve "um embate grande", avançou.

Só em 2009, a ACT fez 113 participações-crime (mais 92% do que em 2008), das quais 64 referentes a empresas em crise. A maioria (53) eram casos de encerramento ilegal. Como os inspectores não têm competência criminal, participam a situação ao Ministério Público, explicou Paulo Morgado de Carvalho

em conferência de imprensa.

As comunicações de decisão de despedimento figuram no topo das contraordenações praticadas por empresas em crise, seguida pelos requisitos de despedimento ou extinção de posto de trabalho e declaração da falta de pagamento pontual.

20 milhões de salários em atraso e dívida à Segurança Social

Num ano pautado pelos anúncios constantes de empresas com contratos ilegais ou salários em atraso, a ACT regularizou a situação de 17.853 trabalhadores (10,6%) de um total de 169 mil pessoas abrangidas pela fiscalização na área do trabalho irregular. A maioria eram trabalhadores com salários em atraso ou a receber abaixo do que deviam. Em causa estão 15,4 milhões de euros, a que acrescem 4,3 milhões de euros de contribuições em falta. Curioso verificar, no entanto que, apesar de a

dívida à Segurança Social ter caído 6%, o volume dos salários em atraso aumentou 37%.

Mas ainda há 5.631 trabalhadores que viram a sua situação contratual regularizada: 4.243 tinham contratos a termo ilegais, 940 estavam abrangidos por esquemas não declarados e 326 eram falsos recibos verdes (com valores semelhantes no ano anterior).

Coimas entre 18 e 58 milhões de euros

A regularização voluntária de coimas também tem vindo a aumentar, com as empresas a beneficiarem da redução da multa em 25% em alguns casos, explicou Paulo Morgado de Carvalho.

As coimas aplicadas vão de 18,8 a 58,6 milhões de euros. As infracções caíram 2% em 2009, para 14.583. A maioria das infracções autuadas era referente a tempos de trabalho. ■

rigidas

NÚMEROS DE INSPECÇÃO

- 81.213 visitas (mais 14%).
- 71.044 locais de trabalho inspeccionados (mais 58%).
- 6.712 autos de advertência (-13%, que com a nova lei laboral só se aplica a infracções leves).
- 32.030 infracções em saúde e segurança no trabalho (mais 6%).
- 1.915 suspensões por risco de integridade física (-12%).
- 115 acidentes de trabalho mortais (-4%), a maioria (56) na construção, no Porto (20).
- 17.498 processos de intervenção (denúncia) concluídos, a maioria referente a declarações para o fundo de desemprego.